

Relatório da Administração Exercício Social de 2010



Continuamos adequando nossa estrutura de capital, onde promovemos durante o mês de novembro de 2010 um novo aumento de capital no montante de R\$ 12,0 milhões, o que contribuiu para apresentar em nossa controladora Recrusul S/A, patrimônio líquido positivo de R\$ 24,6 milhões ao final do exercício social de 2010. É bom ressaltar que há três anos atrás o patrimônio líquido da Recrusul S/A era negativo em R\$ 47,3 milhões.

– o crescimento 2010/09 foi de 9,6% (bem abaixo do crescimento setorial como um todo que atingiu 46,27%). Nestas quantidades de produtos não estamos contabilizando as 2,710 unidades de porta contêineres e nem as 3,469 de baús lonados do tipo sider que o mercado brasileiro produziu em 2010 pois nossos produtos ainda não estavam totalmente disponíveis para comercialização durante o ano de 2010. Devemos, a partir de 2011 iniciar a produção e vendas destes produtos. Comercializamos, em 2010, aproximadamente 316 semirreboques o que nos permitiu alcançar 3,9% de market-share em nosso mercado de semirreboques. Em 2009 nosso market-share havia alcançado 3,0% e em 2008 2,2% em semirreboques.

A Recrusul S/A além de produzir semirreboques, é importante produtora de carroceria frigorífica sobre chassis. Durante o ano de 2010 foram comercializadas 4,055 unidades deste produto no Brasil com um crescimento de 86,0% sobre o apresentado durante o ano de 2009 que foi de 2,180 carrocerias frigoríficas. Comercializamos em 2010 um total de 55 unidades deste produto o que fez com que tivéssemos 1,4% de market-share.

**Sector de Refrigeração Industrial**

Estimamos que este mercado movimentou no Brasil em 2010 aproximadamente R\$ 250,0 milhões a R\$ 400,0 milhões dependendo do tipo de produto comercializado (apenas equipamentos industriais de refrigeração ou incluindo painéis isolantes para frigoríficos e armazenagem, coberturas termo isolantes, entre outros). A característica atual deste setor é apresentar uma enorme gama de pequenas empresas que prestam serviços de projeto e engenharia industrial e em alguns casos terceirizam a produção para pequenas metalúrgicas associadas. O principal cliente deste segmento são os frigoríficos de carne bovina, frango, porco e pescados. São costumeiros compradores deste segmento distribuidores de produtos congelados e resfriados distribuídos em todo o território nacional.

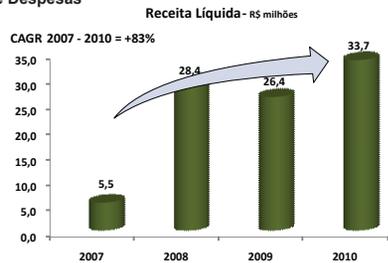
**Resultados Consolidados**

O quadro a seguir apresenta os principais indicadores de desempenho da Recrusul S/A bem como os principais itens em formato consolidado.

	2010	2009	2008	2007
<b>em R\$ 000 - Consolidado</b>				
<b>Receita Líquida</b>	<b>33.668</b>	<b>26.366</b>	<b>28.361</b>	<b>5.520</b>
(-) CPV	(25.670)	(20.109)	(21.528)	(5.207)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>7.998</b>	<b>6.257</b>	<b>6.833</b>	<b>313</b>
(-) Despesas com Vendas	(2.136)	(2.168)	(1.002)	(53)
(-) Despesas Administrativas	(6.321)	(5.160)	(6.059)	(6.173)
(+/-) Outras Receitas/(despesas) Operacionais (Nota Explicativa 19)	4.111	(23.067)	347	-
<b>= EBIT</b>	<b>3.652</b>	<b>(24.138)</b>	<b>119</b>	<b>(5.913)</b>
(+) Depreciação	427	221	273	370
<b>= EBITDA (ajustado, sem considerar outras receitas operacionais em 2010 e 2009)</b>	<b>(32)</b>	<b>(850)</b>	<b>392</b>	<b>(5.543)</b>
<b>Margem EBITDA - %</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-3,2%</b>	<b>1,4%</b>	<b>-100,4%</b>
<b>Lucro Líquido - Consolidado</b>	<b>(6.494)</b>	<b>(12.342)</b>	<b>950</b>	<b>(11.813)</b>
<b>Lucro Líquido - Controladora (Recrusul S/A)</b>	<b>(5.347)</b>	<b>15.294</b>	<b>1.669</b>	<b>(11.372)</b>
<b>Ativo Total - Consolidado</b>	<b>91.447</b>	<b>87.029</b>	<b>77.168</b>	<b>27.888</b>
<b>Patrimônio Líquido - Consolidado</b>	<b>(14.614)</b>	<b>(22.595)</b>	<b>(24.403)</b>	<b>(67.988)</b>
<b>Patrimônio Líquido - Controladora (Recrusul S/A)</b>	<b>24.615</b>	<b>15.554</b>	<b>(13.962)</b>	<b>(47.365)</b>
<b>Endividamento (RJ, Tributário e Empréstimos)</b>	<b>80.958</b>	<b>80.620</b>	<b>78.750</b>	<b>87.570</b>
<b>Endividamento (RJ, Tributário e Empréstimos) - Controladora</b>	<b>50.016</b>	<b>48.636</b>	<b>68.129</b>	<b>76.367</b>
<b>Número de Funcionários - Consolidado</b>	<b>262</b>	<b>307</b>	<b>218</b>	<b>129</b>
<b>Receita Líquida/Funcionário - Consolidado</b>	<b>129</b>	<b>86</b>	<b>130</b>	<b>43</b>
RJ - Recuperação Judicial				

**Análise Econômica - Receitas e Despesas**

atingimos o melhor nível de faturamento bruto desde o retorno de nossas atividades no ano de 2007: o montante de R\$ 47,1 milhões foi 31,3% superior aos R\$ 35,9 milhões apresentados em 2009. A receita líquida também acompanhou esta tendência e apresentou um crescimento de 27,7% em relação ao ano de 2009 atingindo R\$ 33,7 milhões enquanto em 2009 havia sido de R\$ 26,4 milhões. Do faturamento bruto apresentado, 94% advem da área de implementos rodoviários e 4% da área de refrigeração industrial.



Em 2009, 88% havia sido oriundo da área de implementos rodoviários e 10% da refrigeração industrial. A assistência técnica manteve-se na ordem de 2% tanto em 2010 quanto em 2009. Este crescimento da área de implementos rodoviários mostra nosso empenho em crescer neste mercado de logística aproveitando o crescimento do PIB brasileiro para os próximos anos. Novos lançamentos de produtos e expansão da capacidade produtiva fazem parte de nosso plano estratégico de médio prazo que visa fortalecer o crescimento da empresa na expansão das receitas na área de transportes.

As despesas administrativas e com vendas atingiram R\$ 8,5 milhões em 2010 – crescimento de 15,4% em relação aos R\$ 7,3 milhões apresentados em 2009. Este crescimento das despesas, inferior ao crescimento da receita líquida de 27,7%, mostra uma melhor diluição dos custos administrativos e comerciais ao longo de 2010 apesar de ainda representarem 25,1% sobre a receita líquida da Companhia.

O resultado financeiro líquido de R\$ 8,8 milhões foi 17,7% superior aos R\$ 7,4 milhões apresentado em 2009, embora também inferior ao crescimento da receita líquida. Novas linhas de crédito a custos mais acessíveis, amortização de passivos históricos e maior velocidade e quantidade de produtos produzidos foram os principais fatores que influenciaram este resultado. Apesar disso, o resultado financeiro líquido representou 22% sobre a receita líquida e as despesas financeiras referentes a capital de giro alcançaram aproximadamente R\$ 3,6 milhões de um total de R\$ 10,5 milhões do total das despesas financeiras apuradas em 2010 (as demais despesas financeiras foram R\$ 1,2 milhão com correção do Plano de Recuperação Judicial, R\$ 4,8 milhões despesas tributárias e R\$ 0,9 milhão demais despesas financeiras). Nossa linha estratégica é continuar apresentando crescimento em nossa produção e venda para a consequente redução dos indicadores relativos frente a receita líquida.

**Análise Financeira - Endividamento**

O endividamento total consolidado da Recrusul S/A e de suas controladas encerrou o ano de 2010 em R\$ 80,9 milhões, divididos da seguinte forma: i) Recuperação Judicial: R\$ 20,4 milhões; ii) Débitos Tributários: R\$ 51,4 milhões; e iii) Empréstimos e Financiamentos: R\$ 9,1 milhões. O custo da Recuperação Judicial é de 6% a.a. e temos mais 5 (cinco) parcelas a pagar vincendas sempre em dezembro de cada ano. Os passivos tributários são corrigidos pela taxa SELIC e estão sendo amortizados mensalmente, sendo que os passivos tributários federais no montante de R\$ 44,0 milhões estão em processo de consolidação junto a RFB – Receita Federal do Brasil e deverão ser amortizados em 180 meses em linha com as características do programa Refis IV, gerenciado pelo governo federal. A maior parte do endividamento com instituições financeiras (aproximadamente R\$ 7,5 milhões de um total de R\$ 9,1 milhões) são operações de antecipação de recebíveis da modalidade de Fime ao custo médio de CDI + 0,8% a.m. a CDI + 1,2% a.m. e vencíveis em prazos inferiores a 180 dias.

**Mercado de Capitais/Aumento de Capital**

As ações preferenciais da empresa estiveram presentes na maior parte dos pregões da Bovespa durante o ano de 2010. O valor de mercado que em dezembro de 2009 estava avaliado em R\$ 53,8 milhões atingiu ao final do ano de 2010 o montante de R\$ 69,6 milhões. Nossas ações preferenciais em 2010 (as de maior liquidez em Bolsa), sofreram desvalorização de 16,2% enquanto que o Ibovespa apresentou valorização de 1,04%. Encerramos no mês de dezembro de 2010 nova operação de capitalização da empresa no montante de R\$ 12,0 milhões elevando o Capital Social para R\$ 45,1 milhões. Os recursos aportados através desta subscrição foram destinados, primordialmente, para pagamento de passivos da Recuperação Judicial (Nota Explicativa 13), passivos onerosos de curto prazo, impostos e capital de giro com o intuito de aumentar a produção, nos próximos meses, para fazer frente a nossa carteira de pedidos.

**Capital Humano/Gestão de Pessoas**

Encerramos o ano de 2010 com 262 funcionários – uma redução de 14,7% em relação ao final de 2009 (307 funcionários). Entretanto nosso faturamento médio por funcionário que em 2009 havia sido de R\$ 86 mil passou para R\$ 126 mil em 2010 apresentando um crescimento de 46,5% bem superior ao próprio crescimento da receita líquida. Melhorias em processos, qualificação da mão-de-obra, investimentos em automação fabril e melhor treinamento interno são responsáveis por este ganho de produtividade que deverá ser buscado novamente ao longo do ano de 2011.

**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM no. 381 informamos que os auditores independentes da Companhia, não prestaram durante o exercício de 2010 e 2009 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Agradecimentos,

A Diretoria e Conselho de Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
(em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLDORA			CONSOLIDADO			PASSIVO	CONTROLDORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009		31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
<b>CIRCULANTE</b>	<b>33.154</b>	<b>28.718</b>	<b>14.006</b>	<b>34.354</b>	<b>31.459</b>	<b>16.405</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>31.976</b>	<b>35.840</b>	<b>24.565</b>	<b>37.777</b>	<b>43.659</b>	<b>31.687</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.099	1.522	882	3.106	1.856	883	Fornecedores	10	5.468	6.030	2.502	6.052	2.525
Clientes	4	5.749	9.788	5.757	9.807	3.170	Instituições Financeiras	11	8.656	8.221	326	8.656	8.221
Estoques	5	17.853	13.532	18.465	15.503	9.615	Impostos e Contribuições a Recolher	12a	8.568	11.292	14.446	10.732	13.564
Impostos a Recuperar	6	2.453	1.757	2.807	2.099	1.033	Adiantamento de Clientes		773	2.233	208	798	2.257
Títulos a Receber		1.810	333	1.810	333	629	Credores por Produtos a Entregar		-	78	37	-	78
Adiantamento a Fornecedores		1.304	1.519	1.427	1.519	853	Débitos Trabalhistas/Cíveis		1.681	2.485	2.942	1.762	2.662
Outras Contas		886	267	982	342	222	Credores Plano de Recuperação	13	3.625	3.747	2.763	4.237	4.960
							Honorários Administradores		183	294	662	459	382
							Parcelamento Lei 11.941	14	1.783	1.178	-	3.910	4.194
							Parcelamento ICMS	12b	423	-	-	632	880
							Outras Contas		816	282	679	1.097	409
							<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>39.660</b>	<b>39.496</b>	<b>71.406</b>	<b>68.284</b>	<b>65.965</b>	<b>69.884</b>
							Instituições Financeiras	11	458	-	-	458	-
							Credores Plano de Recuperação	13	14.858	18.907	19.719	16.156	21.523
							Débito de Controladas	7	491	406	1.237	-	-
							Impostos e Contribuições a Recolher	12b	1.967	913	23.215	1.967	912
							Parcelamento Lei 11.941	14	14.441	15.670	-	40.117	39.930
							Parcelamento ICMS	12b	3.805	-	-	4.825	-
							Provisão p/ IRPJ e CSLL sobre Adoção das IFRS	12c	3.519	3.600	3.680	4.643	3.600
							Provisão p/Perda em Investimentos		-	-	5.032	-	-
							Provisão p/Contingências		-	-	17.074	-	17.074
							Outras Contas		121	-	1.449	118	1.455
							<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.615</b>	<b>15.554</b>	<b>(13.962)</b>	<b>(14.614)</b>	<b>(22.595)</b>	<b>(24.403)</b>
							<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS CONTROLADORES</b>	<b>24.615</b>	<b>15.554</b>	<b>(13.962)</b>	<b>(14.638)</b>	<b>(22.617)</b>	<b>(24.479)</b>
							Capital Social	15	33.139	18.997	18.997	33.139	18.997
							Reservas de Capital		543	543	543	543	543
							Adiantamento p/Aumento de Capital		12.000	14.142	-	12.000	14.142
							Ajuste Avaliação Patrimonial		9.008	6.985	7.140	9.050	6.985
							Prejuízos Acumulados		(30.075)	(25.113)	(40.642)	(69.370)	(63.284)
							Participação de Não Controladores		-	-	24	22	76
							<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>96.251</b>	<b>90.890</b>	<b>82.009</b>	<b>91.447</b>	<b>87.029</b>	<b>77.168</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM**  
(em milhares de reais)

	CONTROLDORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>47.066</b>	<b>35.838</b>	<b>47.072</b>	<b>35.856</b>
Impostos e Devoluções	(13.402)	(9.488)	(13.404)	(9.490)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>33.664</b>	<b>26.350</b>	<b>33.668</b>	<b>26.366</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(25.670)	(20.108)	(25.670)	(20.109)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>7.994</b>	<b>6.242</b>	<b>7.998</b>	<b>6.257</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.330)</b>	<b>1.863</b>	<b>(4.346)</b>	<b>(30.395)</b>
Despesas c/Vendas	18	(2.136)	(2.136)	(2.168)
Despesas Administrativas	18	(5.026)	(3.808)	(5.218)
Honorários dos Administradores	18	(1.079)	(905)	(1.293)
Resultado da Equivalência Patrimonial		(32)	(859)	-
Outras Receitas Operacionais	18	5.909	28.293	8.057
Outras Despesas Operacionais	18	(1.966)	(18.717)	(3.946)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>3.664</b>	<b>8.105</b>	<b>3.652</b>	<b>(24.138)</b>
Receitas Financeiras	19	304	198	172
Despesas Financeiras	19	(7.944)	(6.549)	(10.522)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(7.640)</b>	<b>(6.351)</b>	<b>(8.750)</b>	<b>(7.412)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(3.976)</b>	<b>1.754</b>	<b>(5.098)</b>	<b>(31.550)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Diferido		(1.394)	13.540	(1.394)
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>(5.370)</b>	<b>15.294</b>	<b>(6.492)</b>	<b>(12.396)</b>
Participação dos Não Controladores		-	(2)	54
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(5.370)</b>	<b>15.294</b>	<b>(6.494)</b>	<b>(12.342)</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	<b>23</b>	<b>(0,2914)</b>	<b>5,0375</b>	<b>(0,1635)</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial - R\$</b>	<b>23</b>	<b>(0,1635)</b>	<b>2,5188</b>	<b>(0,1635)</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM**  
(em milhares de reais)

	CONTROLDORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
<b>RECEITAS</b>	<b>48.355</b>	<b>61.309</b>	<b>50.508</b>	

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM**  
(em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital Incentivos Fiscais	Adiantamento/Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido dos Controladores	Participação de não Controladores	Total
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009</b>	<b>18.997</b>	<b>543</b>	-	<b>(51.201)</b>	<b>7.182</b>	<b>(24.479)</b>	<b>76</b>	<b>(24.403)</b>
Aumento de Capital	-	-	14.142	-	-	14.142	-	14.142
Ajustes IFRS	-	-	-	259	(197)	62	-	62
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(12.342)	-	(12.342)	(54)	(12.396)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>18.997</b>	<b>543</b>	<b>14.142</b>	<b>(63.284)</b>	<b>6.985</b>	<b>(22.617)</b>	<b>22</b>	<b>(22.595)</b>
Integralização de Acionistas	14.142	-	(14.142)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	12.000	-	-	12.000	-	12.000
Ajustes IFRS	-	-	-	408	2.065	2.473	-	2.473
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(6.494)	-	(6.494)	2	(6.492)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>33.139</b>	<b>543</b>	<b>12.000</b>	<b>(69.370)</b>	<b>9.050</b>	<b>(14.638)</b>	<b>24</b>	<b>(14.614)</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
(em milhares de reais)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia e suas controladas têm por objeto social o desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; projeto, desenvolvimento, fabricação, montagem, assistência técnica e comércio, no mercado nacional, exportação e importação e todas as formas, desenvolvimento e outras sociedades para refrigeração, transporte, armazenagem, tratamento e construção de ar e construção civil; representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras e participação no capital de outras sociedades.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOPTADAS**

**3.1 Base de Preparação**

**3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), sendo estas as primeiras Demonstrações Contábeis apresentadas de acordo com IFRS pela Companhia. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo que a Companhia adotou 01/01/2009 como data de transição às novas práticas contábeis.

**3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

**3.2 Consolidação**

**3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**3.2.1 Demonstrações Contábeis Individuais**

No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

**3.3 Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas e outras às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e referentes a avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

**3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

**3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

**3.6 Clientes**

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes às condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento. (Nota 4)

**3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição (Nota 5).

**3.8 Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte. (Nota 6)

**3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**3.10 Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. Embasada na Lei nº 11.837, de 28 de dezembro de 2007, a Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação.

**3.11 Intangível**

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

**3.12 Passivo Circulante e Não Circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes às condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

**3.13 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e, em caso de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetua os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

**3.14 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

**3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

**3.16 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

**3.17 Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

**NOTA 04 - CLIENTES**

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
Clientes Nacionais	6.819	10.645	6.690	8.295	12.132	8.166
Clientes no Exterior	7	174	660	7	174	660
(-) Prov. Créditos Liquidação Duvidosa	(1.031)	(1.031)	(4.192)	(2.499)	(2.499)	(5.656)
Duplicatas Descontadas	(46)	-	-	(46)	-	-
<b>Total Líquido a Receber</b>	<b>5.749</b>	<b>9.788</b>	<b>3.158</b>	<b>5.757</b>	<b>9.807</b>	<b>3.170</b>

**NOTA 05 - ESTOQUES**

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
Produtos Prontos	1.894	2.894	1.189	4.294	2.895	1.190
Produtos em Processo	9.655	3.113	1.462	9.655	3.750	2.099
Materia-Prima	5.648	7.200	4.806	5.648	7.921	5.526
Materiais Diversos	656	325	189	1.268	937	800
<b>Total</b>	<b>17.853</b>	<b>13.532</b>	<b>7.646</b>	<b>18.465</b>	<b>15.503</b>	<b>9.615</b>

**NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONTROLADORA		Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010
IR e CSLL Diferido	-	12.580	-	21.960
PIS Processo a Recuperar	-	3.120	-	3.429
IPI Processo a Recuperar	-	1.658	-	1.543
IPI a Compensar	1.454	-	709	119
Outros	999	-	1.048	574
<b>Total</b>	<b>2.453</b>	<b>17.358</b>	<b>1.757</b>	<b>19.101</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM**  
(em milhares de reais)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
<b>Fluxos de Caixa da Atividade Operacional</b>				
Lucro/Prejuízo Líquido Do Exercício	(5.370)	15.294	(6.494)	(12.342)
Depreciação e Amortização	427	216	427	221
Equivalência Patrimonial	32	859	-	-
Reversão de Provisões	1	-	1	-
Resultado Na Venda de Ativos Permanentes	14	83	14	87
Participação dos Não Controladores	-	-	2	(54)
Provisão p/Perda em Investimentos	-	(5.032)	-	914
Provisão p/Contingências	-	(17.074)	-	(17.074)
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>				
(Aumento) Redução de Clientes	4.039	(6.630)	4.695	(6.637)
(Aumento) Redução de Estoques	(4.321)	(5.886)	(3.085)	(5.888)
(Aumento) Redução de Impostos a Recuperar CP	(696)	(1.064)	(796)	(1.066)
(Aumento) Redução Títulos a Receber	(1.477)	296	(1.477)	296
(Aumento) Redução de Adiantamento a Fornecedores	215	(666)	215	(666)
(Aumento) Redução de Outros Ativos	(619)	(121)	(639)	(119)
(Aumento) Redução de Impostos a Recuperar LP	1.743	7.301	1.743	7.831
(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	529	(1.836)	529	(1.313)
(Aumento) Redução Outras Contas LP	371	(1.401)	29	(1.400)
(Redução) Aumento de Fornecedores	(624)	3.566	(1.177)	3.565
(Redução) Aumento de Impostos e Contribuições	(2.724)	(3.154)	(2.831)	(1.556)
(Redução) Aumento de Adiantamento de Clientes	(1.460)	2.025	(1.459)	2.016
(Redução) Aumento Credores por Produtos a Entregar	(78)	41	(78)	41
(Redução) Aumento Débitos Trabalhistas / Civeis	(804)	(457)	(763)	(397)
(Redução) Aumento de Honorários Administradores	(111)	(368)	(80)	(395)
(Redução) Aumento da Lei 11.941 CP	605	1.178	(284)	4.194
(Redução) Aumento Parcelamento ICMS	423	-	423	-
(Redução) Aumento de Outros Passivos CP	524	(397)	687	(397)
(Redução) Aumento de Impostos e Contribuições LP	973	(22.302)	729	(24.822)
(Redução) Aumento da Lei 11.941 CP	(1.229)	15.670	188	35.025
(Redução) Aumento Parcelamento ICMS LP	3.805	-	4.736	-
(Redução) Aumento Outras Contas	121	(1.422)	122	(1.449)
<b>Recursos Líquidos das Atividades Operacionais</b>	<b>(5.681)</b>	<b>(20.248)</b>	<b>(4.603)</b>	<b>(22.438)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Varição de Investimentos	-	-	8	-
Investimentos no Imobilizado	(953)	(272)	(953)	(469)
Varição do Ativo Intangível	(6)	-	(6)	-
<b>Recursos Líquidos das Atividades de Investimento</b>	<b>(959)</b>	<b>(272)</b>	<b>(959)</b>	<b>(469)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Adiantamento p/Aumento de Capital	12.000	-	12.000	14.142
Integralização de Capital	-	14.142	-	-
(Redução) Aumento Credores Plano de Recuperação	(4.171)	172	(6.089)	1.843
(Redução) Aumento Débitos/Créditos de Controladas	(505)	(1.049)	-	-
(Redução) Aumento Instituições Financeiras	893	7.895	893	7.895
<b>Recursos Líquidos da Atividade de Financiamento</b>	<b>7.258</b>	<b>20.888</b>	<b>5.853</b>	<b>23.411</b>
<b>Aumento nas disponibilidades</b>	<b>1.577</b>	<b>640</b>	<b>1.250</b>	<b>973</b>
No início do período	1.522	882	1.856	883
No final do período	3.099	1.522	3.106	1.856

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO**

Descrição	31 de Dezembro de 2010		31 de Dezembro de 2009		01 de Janeiro de 2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
IR e CSLL Diferido	-	12.580	-	13.974	-	21.960
PIS Processo a Recuperar	-	3.120	-	3.526	-	3.429
IPI Processo a Recuperar	-	1.658	-	1.601	-	1.543
IPI a Compensar	1.454	-	709	-	119	-
Outros	999	-	1.048	-	574	-
<b>Total</b>	<b>2.807</b>	<b>17.358</b>	<b>2.099</b>	<b>19.101</b>	<b>1.034</b>	<b>26.932</b>

**IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

A partir do exercício social de 2008, a Companhia passou a adotar o procedimento de reconhecer os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, sobre provisões temporariamente não dedutíveis e sobre valores temporariamente não tributáveis.

Os valores reconhecidos contabilmente atendem às condições estabelecidas na Instrução CVM 371/02, mesmo considerando o disposto no parágrafo único do Artigo Terceiro, que transcrevem: "Art. 3º - Presume-se não haver histórico de rentabilidade na companhia que não obtenha lucro tributável em, pelo menos 3 (três) dos cinco últimos exercícios sociais. Parágrafo único - A presunção de que trata o caput deste artigo poderá ser afastada caso a companhia divulgue, em Nota Explicativa às demonstrações contábeis, justificativa fundamentada das ações que estiverem sendo implementadas, objetivando a geração de lucro tributável".

O projeto contábil efetuado está lastreado na projeção de resultados tributáveis futuros, os quais estão fundamentados em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração. Este foi objeto no ano de 2006 para a aprovação pelos credores do Plano de Recuperação Judicial solicitado pela empresa em 25 de janeiro de 2006 e aprovado em assembleia de credores em 13 de dezembro de 2006. Tal plano, exclusivamente detalhado, encontra-se disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, BMF & Bovespa e no próprio site da Recrusul, e primariamente prevê incremento das quantidades faturadas, incremento da produtividade fabril através da melhoria dos processos produtivos e redução dos custos fixos.

O item de número 4 do referido Plano trata do Orçamento de Produção/Vendas na qual apresenta a metodologia e as projeções aprovadas para crescimento operacional e consequente geração de resultados positivos para os próximos anos.

Nestes demonstrativos foi evidenciada a capacidade da Companhia em gerar lucros e excedentes financeiros suficientes para fazer frente aos pagamentos decorrentes da atividade operacional e do Plano de Recuperação. Os créditos tributários previstos têm a seguinte expectativa de realização:

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Valores-R\$ Mil	828	907	989	1.026	1.117	1.229	1.352	1.487	8.935

Conforme Instrução CVM 599/09, abaixo apresentamos os efeitos tributários diferidos sobre imposto de renda e contribuição social:

ATIVO DE IMPOSTO DIFERIDO	IR DIFERIDO	CSLL DIFERIDO	TOTAL
Em 1º de janeiro de 2009	16.147	5.813	21.960
(Debitado) Creditado na Demonstração Resultado	(4.803)	(3.183)	(7.986)
Em 31 de dezembro de 2009	11.344		

Descrição	CONSOLIDADO								
	Custo Corrigido			Deprec. Acumulada			Valor Líquido		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
Móveis	29.975	26.658	26.611	(104)	-	-	29.871	26.658	26.611
Máquinas e Equipamentos	13.092	12.992	12.758	(8.054)	(8.316)	(7.709)	5.038	4.676	5.049
Veículos	133	61	32	(56)	(33)	(32)	77	28	-
Móveis e Utensílios	1.071	840	838	(1.066)	(833)	(829)	5	7	9
Processamento de Dados	2.313	2.245	2.323	(2.202)	(2.126)	(2.259)	111	119	64
Instalações/ferramentas	2.144	1.652	1.701	(1.909)	(1.560)	(1.629)	235	92	72
Imobilizado em Andamento	384	70	37	-	-	-	384	70	37
<b>TOTAL sem Intangível</b>	<b>49.112</b>	<b>44.518</b>	<b>44.300</b>	<b>(13.391)</b>	<b>(12.868)</b>	<b>(12.458)</b>	<b>35.721</b>	<b>31.650</b>	<b>31.842</b>
Intangível	275	136	-	(55)	(20)	-	220	116	-
<b>TOTAL com Intangível</b>	<b>49.387</b>	<b>44.654</b>	<b>44.300</b>	<b>(13.446)</b>	<b>(12.888)</b>	<b>(12.458)</b>	<b>35.941</b>	<b>31.766</b>	<b>31.842</b>

NOTA 10 - FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
	Fornecedores	5.535	6.092	2.526	5.561	6.114
(-) AVP - Fornecedores	(67)	(62)	(24)	(67)	(62)	(24)
<b>Total</b>	<b>5.468</b>	<b>6.030</b>	<b>2.502</b>	<b>5.494</b>	<b>6.052</b>	<b>2.525</b>

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m para os anos de 2008, 2009 e 2010, relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação.

Para o ano de 2010, a taxa mensal arbitrada calculada, foi de 1,28% a.m, aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 67 mil das compras a serem pagas no ano seguinte.

Com base nos fatos gerados para efeitos comparativos do Balanço de Abertura de 01 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009, as taxas foram arbitradas em 1,29% a.m para o balanço de transição e de 1,48% a.m para o ano de 2009, resultando um saldo de AVP de Fornecedores de R\$ 24 e R\$ 62 mil, respectivamente.

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
	Antecipação Recebíveis Financeiros	7.515	5.762	-	7.515	5.762
Empréstimos Bancários	1.128	100	99	1.128	100	99
Fomento Mercantil	471	2.359	227	4.71	2.359	227
<b>TOTAL</b>	<b>9.114</b>	<b>8.221</b>	<b>326</b>	<b>9.114</b>	<b>8.221</b>	<b>326</b>
<b>Total a Curto Prazo</b>	<b>8.656</b>	<b>8.221</b>	<b>326</b>	<b>8.656</b>	<b>8.221</b>	<b>326</b>
<b>Total a Longo Prazo</b>	<b>458</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>458</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m a CDI + 1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m

Os recursos para capital de giro referem-se à antecipação de recebíveis da modalidade de FINAME, descontos de duplicatas e fomento mercantil para aquisição de matérias-primas voltadas à produção.

Os empréstimos de curto prazo são vencíveis em média até 90 dias. O empréstimo registrado no longo prazo no valor de R\$ 458 mil possui prazo de vencimento para novembro de 2012 e as garantias incluem aval e bens móveis.

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (Curto e Longo Prazo)

12.a) Parcelamento de Impostos no Curto Prazo

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições - CP					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
IRRF	530	349	685	835	364	847
IPI	194	171	112	194	171	113
PIS	227	115	101	227	115	121
COFINS	1.962	607	465	1.962	608	560
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	249	248
FGTS	649	304	233	1.24	649	1.558
INSS	1.930	3.962	4.132	2.480	5.767	6.091
ICMS	233	5.557	4.872	233	5.419	5.373
IPTU	844	710	529	844	710	529
ISS	377	364	300	385	426	359
OUTROS / PAEX	210	1.185	3.187	734	1.914	3.824
<b>TOTAL IMPOSTOS CP</b>	<b>8.568</b>	<b>11.292</b>	<b>14.446</b>	<b>10.732</b>	<b>13.564</b>	<b>19.299</b>

12.b) Parcelamento de Impostos no Longo Prazo

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições - LP					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
FGTS	938	913	913	938	912	913
INSS	1.029	-	1.358	1.029	-	1.358
OUTROS / PAEX LP	-	-	20.945	-	-	23.383
<b>TOTAL IMPOSTOS LP</b>	<b>1.967</b>	<b>913</b>	<b>23.214</b>	<b>1.967</b>	<b>912</b>	<b>25.654</b>

O parcelamento de FGTS de R\$ 1.003 mil (Curto Prazo e Longo Prazo) está sendo pago regularmente e a última parcela é vencível em dezembro de 2020.

O débito de INSS de R\$ 1.060 mil (Curto Prazo e Longo Prazo), foi oriundo de parcelamento ordinário junto ao INSS e refere-se a débitos trabalhistas que serão pagos em 60 meses, cuja primeira parcela foi liquidada em julho de 2010 e a última parcela vence em junho de 2015.

Descrição	Parcelamento ICMS					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
Ajustar RS	423	-	-	423	-	-
Refrija RJ	-	-	-	131	-	-
Refrija PPI SP	-	-	-	78	880	895
<b>TOTAL ICMS CP</b>	<b>423</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>632</b>	<b>880</b>	<b>895</b>
Ajustar RS	3.805	-	-	3.805	-	-
Refrija RJ	-	-	-	423	-	-
Refrija PPI SP	-	-	-	597	-	-
<b>TOTAL ICMS LP</b>	<b>3.805</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.825</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL ICMS</b>	<b>4.228</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.457</b>	<b>880</b>	<b>895</b>

Em setembro de 2008, a controladora Refrija S/A aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do Estado de São Paulo parcelando sua dívida de R\$ 900 mil em 120 parcelas mensais.

A controladora Refrija S/A no ano de 2010 requereu parcelamento de ICMS com base na Lei 5.647 de 2010 do Estado do Rio de Janeiro em 60 parcelas mensais cujo montante total da dívida original era de R\$ 563 mil.

Através do pedido de nº 964541, a Companhia requereu adesão ao Ajustar - RS, parcelamento especial de débitos de ICMS, inscritos e não inscritos em dívida ativa, junto à Fazenda Pública Estadual do Estado do Rio Grande do Sul instituído através do Decreto nº 47.301/10 de 18 de junho de 2010 - DOE 21/06/2010. Como resultante desta adesão de parcelamento no prazo de 120 meses, tivemos redução da dívida de ICMS de R\$ 5.748 milhões para R\$ 4.228 milhões (R\$ 423 mil no curto prazo e R\$ 3.805 no longo prazo), cujo deságio de R\$ 1.472 milhões foi contabilizado no 31/10 em outras receitas operacionais.

12.c) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Refere-se à provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social gerada pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 sobre a avaliação de ativos, que se constituirá como passivo oneroso para Companhia, caso seja alienado futuramente. Este passivo sofrerá redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

NOTA 13 - PLANO DE RECUPERAÇÃO (Curto e Longo Prazo)

O plano de recuperação judicial da Recrusul S.A. (processo nº 0351/06.0000410-0) foi deferido em 25 de janeiro de 2006 e, em 13 de dezembro de 2006, foi homologado pelo Juiz, após a aprovação pela Assembléia-Geral de Credores, prevendo prazo de nove anos para pagamento dos passivos bancários e quirográficos, com juros de 6% a.a. Os débitos trabalhistas foram parcelados para pagamento em dois anos, também com juros de 6% a.a. sem correção monetária. Além da controladora, as controladas Refrija S/A e Refrija S/A também aderiram à Recuperação Judicial.

Os valores originais dos débitos na data da solicitação da recuperação judicial, conforme Quadro Oficial dos Credores está descrito a seguir:

Descrição	Quadro Geral dos Credores em 13 de dezembro de 2006			
	Recrusul	Refrija	Refrija	Total
Trabalhistas	9.946	761	54	10.761
Inst. Financeiras	8.971	-	-	8.971
Quirográficos	9.846	803	1.568	12.217
<b>TOTAL</b>	<b>28.763</b>	<b>1.564</b>	<b>1.622</b>	<b>31.949</b>

O Plano originalmente aprovado previa para os débitos trabalhistas pagamento total em dois anos. Entretanto, devido à frágil situação econômica e financeira da empresa durante o ano de 2007, foi proposta a alteração do prazo de dois anos para uma nova modalidade de pagamento: antecipação de R\$ 800 mil, oriunda de leilão judicial de um imóvel da empresa, acrescida de pagamentos trimestrais de 1,5% do faturamento bruto mensal da empresa, a partir de janeiro de 2008.

Esta alteração do Plano foi submetida à Assembléia-Geral de Credores ocorrida em 11 de fevereiro de 2008, cujo resultado ficou sobrestado até o início do mês de abril de 2008. Tendo em vista a necessidade de disponibilizar aos credores a ampla defesa e o contraditório, a alteração do Plano de Recuperação somente foi homologada em 01 de setembro de 2008 pelo Excmo. Juiz da 1ª. Vara Cível de Sapucaia do Sul - RS.

Em 20 de outubro de 2008, em nova AGC - Assembléia-Geral de Credores - foram aprovadas, acatadas e confirmadas, por 100% (unanimidade) dos credores presentes à AGC, todas as propostas da Administração da Recrusul S/A. Dentre as mais relevantes estavam as seguintes:

- A antecipação de R\$ 900 mil para os Credores Trabalhistas, mantendo os pagamentos mensais de 1,5% do faturamento;
- O pagamento integral dos créditos até R\$ 1 mil, atualizados, juntamente com a parcela de 13/12/2008;
- A faculdade outorgada aos titulares de créditos superiores a R\$ 1 mil e até o limite de R\$ 10 mil de poderem extinguí-los mediante o pagamento de 50% do valor habitado no Plano Original;
- A plena concordância, no que diz respeito aos créditos Classe II e III, em especial a parcela de 13/12/2007, a qual ficará diluída e escalonada para pagamento nos oito anos subsequentes, a partir da parcela de 01/12/2008, cujo desdémolo por parte da Recrusul já se encontra devidamente confirmado e sancionado;
- A ratificação da incidência de juros no percentual de 6% ao ano sobre o valor do crédito original e, além disso, sem correção monetária;
- A inserção no Plano, como meios de Recuperação, além dos já previstos, os instrumentos de Alteração do Controle Societário (art. 50, III, da Lei 11.101/2005) e Aumento de Capital Social (art. 50, VI, da Lei 11.101/2005).

Posição dos Saldos da Recuperação - CONTROLADORA

Descrição	31 de Dezembro de 2010			31 de Dezembro de 2009			01 de Janeiro de 2009		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
	Trabalhistas	665	5.995	6.660	617	10.285	10.902	572	9.670
Inst. Financeiras	441	3.417	3.858	703	3.517	4.220	866	3.981	4.847
Quirográficos	2.519	6.972	9.491	2.427	7.086	9.513	1.325	8.724	10.049
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(1.526)	(1.526)	-	(1.981)	(1.981)	-	(2.656)	(2.656)
<b>TOTAL</b>	<b>3.625</b>	<b>14.858</b>	<b>18.483</b>	<b>3.747</b>	<b>18.907</b>	<b>22.654</b>	<b>2.763</b>	<b>19.719</b>	<b>22.482</b>

Posição dos Saldos da Recuperação - CONSOLIDADO

Descrição	31 de Dezembro de 2010			31 de Dezembro de 2009			01 de Janeiro de 2009		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
	Trabalhistas	881	6.370	7.251	968	11.169	12.137	922	10.120
Inst. Financeiras	441	3.417	3.858	703	3.517	4.220	866	3.981	4.847
Quirográficos	2.915	8.171	11.086	3.289	9.158	12.447	1.795	10.986	12.781
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(1.802)	(1.802)	-	(2.321)	(2.321)	-	(3.066)	(3.066)
<b>TOTAL</b>	<b>4.237</b>	<b>16.156</b>	<b>20.393</b>	<b>4.960</b>	<b>21.523</b>	<b>26.483</b>	<b>3.583</b>	<b>22.021</b>	<b>25.604</b>

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de dezembro de 2008, o Excmo. Sr. Juiz da Comarca de Sapucaia do Sul no dia 22 de dezembro de 2008 proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Recrusul, salientando em relatório sumário, que foram cumpridos todos os requisitos legais essenciais ao processamento da recuperação, bem como cumpridas as obrigações constantes do plano aprovado em assembléia-geral.

A integral da sentença encontra-se disponível em nossa página na internet, bem como na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e BMF & Bovespa.

Os compromissos do Plano de Recuperação Judicial (Quirográficos e Instituições Financeiras) que totalizam em 31/12/2010 R\$ 13.349 na controladora, deverão ser pagos em cinco parcelas vencíveis em dezembro de cada ano com juros de 6% a.a, sem correção monetária.

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - LEI 11.941 E MP 470

Impostos e Contribuições a Recolher

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	01 de Janeiro de 2009
	1 - Passivos Tributários Objeto da Lei 11.941	36.938	37.109	-	36.938	37.109
2 - Reduções Previstas na Lei 11.941 (180 meses)	(9.849)	(7.963)	-	(9.849)	(7.963)	-
<b>3 - Total da Dívida com Redução (1-2)</b>	<b>27.089</b>	<b>29.146</b>	<b>-</b>	<b>27.089</b>	<b>29.146</b>	<b>-</b>
4 - Multas e juros c/ possibilidade de pagamento com utilização do prejuízo fiscal	(10.842)	(12.298)	-	(10.842)	(12.298)	-
Pagamentos Lei 11.941/09	(23)	(4)	-	(23)	(4)	-
<b>5 - Valor da dívida a parcelar após a utilização do prejuízo fiscal (3-4)</b>	<b>16.224</b>	<b>16.848</b>	<b>-</b>	<b>16.224</b>	<b>16.848</b>	<b>-</b>
<b>Valor da Dívida a CURTO PRAZO</b>	<b>1.783</b>	<b>1.178</b>	<b>-</b>	<b>1.783</b>	<b>1.178</b>	<b>-</b>
<b>Valor da Dívida a LONGO PRAZO</b>	<b>14.441</b>	<b>15.670</b>	<b>-</b>	<b>14.441</b>	<b>15.670</b>	<b>-</b>
Valor Prestação mensal (180 meses)	90	94	-	90	94	-

Em 2006, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Especial da Secretaria da Receita Federal - SRF e formalizou a opção pelo parcelamento em 120 e 130 meses conforme Programa de Parcelamento Excepcional - PAEX, com base na Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Com base na Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, a Companhia ingressou na Secretaria da Receita Federal - SRF com pedido de Parcelamento Excepcional - PAEX, em 120 meses com encargos financeiros igual à Selic ou em 130 meses com encargos financeiros pela variação da TJLP.

Em 13 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/2009 e conjuntamente requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional - PAEX, e formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses destes e de demais débitos tributários federais anteriores a novembro de 2008.

A migração do PAEX e de outros débitos federais para o parcelamento da Lei 11.941/09 e MP 470/09 representaram uma redução do saldo da mencionada dívida em aproximadamente R\$ 20,6 milhões, alongamento do prazo de exigibilidade dos referidos débitos, e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal para abatimento de principal, multa e juros no parcelamento em 31 de dezembro de 2010, já está sendo pago através de parcelas mínimas dadas antes da consolidação por este programa, é de aproximadamente R\$ 16,2 milhões.

A Companhia, com base na Lei nº 11.941/09, pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social. O valor de prejuízo fiscal a ser compensado pela Companhia, no montante de R\$ 20,6 milhões, foi registrado como redutora do saldo a pagar.

O Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Os débitos apresentados antes da consolidação estão sendo pagos desde novembro de 2009. As parcelas desses débitos pagas até

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Controladora	(5.370)	15.294	24.615	15.554
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	(2.680)	(2.719)
Prejuízos não Realizados	-	(5.032)	-	-
Ajustes IFRS	-	24	-	-
Participação dos Não Controladores	(4)	-	24	22
Absorção do Patrimônio Líquido Negativo de Controlada	(1.120)	(22.628)	(36.573)	(35.452)
<b>Consolidado</b>	<b>(6.494)</b>	<b>(12.342)</b>	<b>(14.614)</b>	<b>(22.595)</b>

**NOTA 22 – CONCILIAÇÃO DE TRANSIÇÃO PARA A CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS**

Descrição	Controladora		Resultado do Exercício	
	31 de Dezembro de 2010	01 de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Refazimento das Demonstrações Financeiras da Controladora pela Adoção dos CPCs pela primeira vez	1.105	(33.193)	20.156	-
Saldo Originalmente Apresentado	6.985	7.140	-	-
Ajuste Avaliação Patrimonial - IFRS CPC 27	-	-	(235)	703
Depreciação sobre o Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	(703)
Reversão de Depreciação	703	-	-	-
Efeitos do Resultado após Adoção das IFRS CPC 32	6.761	12.091	(5.330)	-
<b>Saldos da Controladora (CPCs)</b>	<b>15.554</b>	<b>(13.962)</b>	<b>15.294</b>	<b>15.294</b>

As Demonstrações Contábeis apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Contábeis anuais elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards" – IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" – IASB, as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee" – IFRIC) e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os CPCs, como forma de convergência aos IFRS, que resultou em ajustes no patrimônio líquido e no lucro líquido do exercício. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS na preparação destas demonstrações contábeis. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

**22a. Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS:** As Demonstrações Contábeis apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Contábeis anuais elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards" – IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" – IASB, as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee" – IFRIC) e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os CPCs, como forma de convergência aos IFRS, que resultou em ajustes no patrimônio líquido e no lucro líquido do exercício. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS na preparação destas demonstrações contábeis. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

**22b. Isenção da aplicação retrospectiva das IFRS:** A Companhia optou pela isenção dos seguintes itens com relação à adequação as novas normas contábeis:  
a) Isenção de benefício a empregados: A Companhia optou por não reconhecer os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009.

**22c. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia:** A Companhia aplicou exceção obrigatória na aplicação retrospectiva relativamente a estimativas. As estimativas segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO**  
Em atendimento ao PCR 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

**23a. Movimentação do número de ações:**

Ações emitidas	31 de Dezembro de 2010	01 de Dezembro de 2009
Ações Ordinárias	18.430	3.036
Ações Preferenciais	32.849	6.072

Em 29 de dezembro de 2009 encerrou-se o período de subscrição de ações através de bônus, quando foram subscritos 1.572 bônus do Tipo A e 2.140 bônus do Tipo B. Os bônus do Tipo A eram conversíveis em ações ordinárias e os bônus do Tipo B eram conversíveis em ações preferenciais. Portanto, em 31 de dezembro de 2009, a posição *pro-forma* do Capital Social da Companhia era composto de 4.608 ações ordinárias e 8.212 ações preferenciais em circulação.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010 foi homologado o referido aumento de capital bem como aprovado o desdobramento das ações ordinárias e preferenciais à razão de quatro para uma, que resultou na posição apresentada em 31 de dezembro de 2010.

**23b. Resultado por ação:**  
Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

Controladora	31 de Dezembro de 2010	01 de Dezembro de 2009
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.370)	15.294
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária – R\$	(0,2914)	5,0375
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	(0,1635)	2,5188

**NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

**A empresa atua em duas áreas distintas:**  
**24a. Implementos Rodoviários:** Nossa linha de produtos abrange soluções customizadas na área de implementos rodoviários tais como: semirreboques frigoríficos, tanques para transporte de combustíveis, tanques auto-portantes para produtos químicos, petroquímicos e alimentícios em geral, silos para alimentos e indústria de cimento e construção, bem como outros implementos especiais projetados de acordo com a necessidade do cliente.

**24b. Refrigeração Industrial e Assistência Técnica:** Nossa linha de produtos abrange soluções customizadas em equipamentos industriais para refrigeração como evaporadores, condensadores, separadores e túneis de congelamento para a indústria de alimentos.

Implementos Rodoviários	Refrigeração Industrial + Assistência Técnica		Corporativo		Total	
	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>44.114</b>	<b>31.490</b>	<b>2.958</b>	<b>4.366</b>	<b>47.072</b>	<b>35.856</b>
Impostos e Devoluções	(12.789)	(9.054)	(615)	(436)	(13.404)	(9.490)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>31.325</b>	<b>22.436</b>	<b>2.343</b>	<b>3.930</b>	<b>33.668</b>	<b>26.366</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(24.492)	(19.186)	(1.178)	(923)	(25.670)	(20.109)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>6.833</b>	<b>3.250</b>	<b>1.165</b>	<b>3.007</b>	<b>7.998</b>	<b>6.257</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.346)</b>	<b>(30.395)</b>	<b>(30.395)</b>
Despesas c/Vendas	-	-	-	(2.136)	(2.136)	(2.168)
Despesas Administrativas	-	-	-	(5.218)	(3.867)	(5.218)
Honorários dos Administradores	-	-	-	(1.103)	(1.293)	(1.103)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	8.057	35.828	8.057
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(3.946)	(58.895)	(3.946)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>6.833</b>	<b>3.250</b>	<b>1.165</b>	<b>3.007</b>	<b>(4.346)</b>	<b>(30.395)</b>
Receitas Financeiras	-	-	-	1.772	180	1.772
Despesas Financeiras	-	-	-	(10.522)	(7.592)	(10.522)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.750)</b>	<b>(7.412)</b>	<b>(7.412)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>6.833</b>	<b>3.250</b>	<b>1.165</b>	<b>3.007</b>	<b>(13.096)</b>	<b>(37.807)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	-	-	(1.394)	19.154	(1.394)
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>6.833</b>	<b>3.250</b>	<b>1.165</b>	<b>3.007</b>	<b>(14.490)</b>	<b>(18.653)</b>
Participação dos Não Controladores	-	-	-	(2)	54	(2)
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>6.833</b>	<b>3.250</b>	<b>1.165</b>	<b>3.007</b>	<b>(14.492)</b>	<b>(18.599)</b>

**NOTA 25 - EFEITOS NO RESULTADO E NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA CADA TRIMESTRE DE 2009 E DE 2010, DECORRENTES DA PLENA ADOÇÃO DO IFRS E DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL**

Em conformidade com o artigo 2º da Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, combinado com o artigo 1º da Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, a Companhia apresenta, nos quadros a seguir, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010, relativamente aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, bem como os relativos aos mesmos períodos do ano 2009.

Descrição	Em 31/03/2010		Em 31/03/2009	
	01/01/10 a 31/03/10	Controladora	01/01/09 a 31/03/09	Controladora
Patrimônio Líquido de Acordo com as Práticas Contábeis Anteriores	1.120	30.536	1.120	30.536
Reversão de Tributos Diferidos para Prejuízos Acumulados pela Depreciação Trimestral	24	20	24	20
Efeitos do Resultado após Adoção das IFRS	134	169	134	169
<b>Total do Patrimônio Líquido de Acordo as IFRS</b>	<b>1.278</b>	<b>(30.347)</b>	<b>1.278</b>	<b>(30.347)</b>
Patrimônio Líquido de Acordo com as Práticas Contábeis Anteriores	330	(32.518)	330	(32.518)
Reversão de Prejuízos Acumulados pela Depreciação Trimestral	24	20	24	20
Efeitos do Resultado após Adoção das IFRS	119	177	119	177
<b>Total do Patrimônio Líquido de Acordo as IFRS</b>	<b>473</b>	<b>(32.321)</b>	<b>473</b>	<b>(32.321)</b>

Descrição	Em 30/06/2010		Em 30/06/2009	
	01/01/10 a 30/06/10	Controladora	01/01/09 a 30/06/09	Controladora
Patrimônio Líquido de Acordo com as Práticas Contábeis Anteriores	330	(34.166)	330	(34.166)
Reversão de Prejuízos Acumulados pela Depreciação Trimestral	24	20	24	20
Efeitos do Resultado após Adoção das IFRS	139	210	139	210
<b>Total do Patrimônio Líquido de Acordo as IFRS</b>	<b>493</b>	<b>(33.936)</b>	<b>493</b>	<b>(33.936)</b>

Descrição	Em 30/09/2010		Em 30/09/2009	
	01/01/10 a 30/09/10	Controladora	01/01/09 a 30/09/09	Controladora
Patrimônio Líquido de Acordo com as Práticas Contábeis Anteriores	34	172	34	172
Reversão de Prejuízos Acumulados pela Depreciação Trimestral	24	(41)	24	(41)
Efeitos do Resultado após Adoção das IFRS	139	38	139	38
<b>Total do Patrimônio Líquido de Acordo as IFRS</b>	<b>197</b>	<b>(33.936)</b>	<b>197</b>	<b>(33.936)</b>

b) Conciliação do Resultado da Controladora

Descrição	Em 31/03/2010		Em 31/03/2009	
	01/01/10 a 31/03/10	Controladora	01/01/09 a 31/03/09	Controladora
Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	15	2.657	15	2.657
Ajuste de Depreciação	141	172	141	172
Ajuste ao Valor Presente de Fornecedores - Despesas Financeiras	(132)	(41)	(132)	(41)
Ajuste ao Valor Presente de Fornecedores - Custos	125	38	125	38
<b>Lucro líquido de acordo com as IFRS</b>	<b>149</b>	<b>2.826</b>	<b>149</b>	<b>2.826</b>

Descrição	Em 30/06/2010		Em 30/06/2009	
	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10	01/04/09 a 30/06/09	01/01/09 a 30/06/09
Lucro/Prejuízo líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	(790)	(775)	(1.982)	676
Ajuste de Depreciação	141	282	176	348
Ajuste ao Valor Presente de Fornecedores - Despesas Financeiras	(120)	(252)	(37)	(78)
Ajuste ao Valor Presente de Fornecedores - Custos	98	223	38	76
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido de acordo com as IFRS</b>	<b>(671)</b>	<b>(522)</b>	<b>(1.805)</b>	<b>1.022</b>

Descrição	Em 30/06/2010		Em 30/06/2009	
	01/07/10 a 30/09/10	01/01/10 a 30/09/10	01/07/09 a 30/09/09	01/01/09 a 30/09/09
Prejuízo líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	(296)	(1.071)	(1.649)	(973)
Ajuste de Depreciação	141	282	178	526
Ajuste ao Valor Presente de Fornecedores - Despesas Financeiras	(72)	(192)	(86)	(164)
Ajuste ao Valor Presente de Fornecedores - Custos	70	168	118	194
<b>Prejuízo líquido de acordo com as IFRS</b>	<b>(157)</b>	<b>(813)</b>	<b>(1.439)</b>	<b>(417)</b>

**NOTA 26 - CONTINGÊNCIAS**  
A Companhia é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 9.391, composto da seguinte forma:  
i) Processos Cíveis: R\$ 55; e ii) Processos Tributários: R\$ 9.336.  
O valor referente aos processos tributários teve sentença favorável à Companhia e em 09 de março de 2011 foi certificado o trânsito em julgado da demanda e remessa dos autos à vara de origem e, assim que for recebido, será protocolada manifestação em nome da Companhia requerendo intimação do ente fazendário para que, em prazo não superior a quinze dias, proceda à desconstituição dos créditos aqui discutidos, comprovando-a nos autos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Ricardo Mottin Jr - Presidente		
Bernardo Flores - Conselheiro	André Luis Salvetti - Conselheiro	Rubens Decoussau Tilkian - Conselheiro
DIRETORIA		
Ricardo Mottin Jr - Diretor Presidente		
Bernardo Flores – Diretor e Diretor de Relações com os Investidores		
Cristina Sayuri Hayashi Beal - Contadora CRC-RS 49.983 - CPF 485.167.590-91		
CONSELHO FISCAL		
André Luis Niederauer Silveiro	Luiz Carlos Ely Atti	Rasso Cauby Lamprecht
Sérgio Bernstein		

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Diretores e Acionistas da RECRUSUL S/A Sapucaia do Sul - RS**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da RECRUSUL S/A (companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**  
A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**  
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RECRUSUL S/A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas**  
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da RECRUSUL S/A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**  
Conforme descrito na nota explicativa 3.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Recrusul S/A, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 denominadas de "Controladora" e "Consolidado" foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Recrusul S/A e suas controladas, que tem apresentado prejuízos operacionais e deficiências de capital de giro. A continuidade das operações da Controladora e Controladas dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos e geração de caixa, bem como do sucesso dos planos implementados pela administração em gerar recursos suficientes para o equacionamento do Passivo Exigível e o fiel cumprimento das obrigações assumidas com o parcelamento de tributos e o Plano de Recuperação Judicial ajustado com os credores. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte dos passivos tributários no Parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.  
Porto Alegre (RS), 22 de março de 2011.

**DRS Auditores - CRC-RS nº 4.230**  
**Roberto José Fidryszewski** **Marcos Antônio Costa de Almeida**  
**CRC/RS 36.593 - Sócio Responsável** **CRC/RS 68.539 - Sócio**

PARECER DO CONSELHO FISCAL	
O Conselho Fiscal da RECRUSUL S/A, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.	
Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes – DRS Auditores, emitido em 22 de março de 2011, o Conselho Fiscal opina que tais documentos estão em condições de serem apreciados e votados em Assembleia de Acionistas.	
Sapucaia do Sul, 23 de março de 2011.	
André Luis Niederauer Silveiro	Luiz Carlos Ely Atti
Sérgio Bernstein	Rasso Cauby Lamprecht

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**  
A Diretoria da Companhia, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009 declara que:  
1 – reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores elaborado pela DRS Auditores;  
2 – reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2